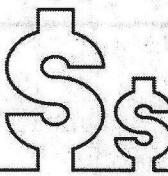


10 SET 2014



**Correio
Econômico**

por **Vicente Nunes** / vicentenunes.df@dabr.com.br

Filme de horror

No que depender da presidente Dilma Rousseff, pouca coisa vai mudar na política econômica a partir de 2015, caso ela seja reeleita. Para tentar acalmar os ânimos dos investidores, a petista entregou a cabeça do ministro da Fazenda, Guido Mantega, demitido quatro meses antes do fim do atual governo, mas continuará a dar as cartas, independentemente de quem venha a ser nomeado para a chefia da equipe econômica.

Diante dessa sinalização, não será surpresa se o Brasil vier a ser rebaixado pelas agências de classificação de risco, a ponto de perder o tão sonhado grau de investimento, selo de garantia de que o país é um porto seguro para o capital. Como lembra a economista-chefe da ARX Investimentos, Solange Srour, ontem, o que se viu foi apenas um aviso da Moody's de que cortará a nota brasileira. O problema é se a Standard & Poor's (S&P), que já colocou o Brasil a um degrau no nível especulativo, radicalizar.

Por mais que o Ministério da Fazenda diga que está tudo bem, que a atividade vai recuperar o fôlego neste segundo semestre, não há nada de concreto que aponte para isso. A atividade, afirma Srour, está fraca, a indústria ampliou as demissões, os investimentos produtivos estão parados, a inadimplência subiu e o consumo das famílias minguou. Enfim, a estagnação que se está vendendo neste ano vai se estender para 2015, caso não haja um ajuste substancial na economia, que

restabeleça a confiança de empresários, investidores e consumidores.

"A foto que vemos hoje da economia brasileira é ruim. Mas o filme que assistiremos mais à frente pode ser pior, sobretudo na área fiscal. Por isso, o rebaixamento do país é possível", acrescenta Solange. Ela lembra que, quando o Brasil conquistou o grau de investimento, em 2008, o mundo crescia a taxas expressivas, a inflação por aqui era baixa e os preços das commodities (mercadorias com cotação internacional) estavam nas

É melhor que o futuro governo, independentemente de quem seja o vencedor em outubro próximo, faça os ajustes necessários na economia. Esperar pelo rebaixamento para agir será o pior dos mundos

alturas, o que permitiu ao Banco Central acumular uma montanha de reservas internacionais.

Agora, porém, tudo joga contra. Internamente, temos uma economia patinando, inflação insistente no teto da metade, de 6,5%, e contas públicas em frangalhos. No exterior, muitas das grandes economias ainda não se recuperaram da crise que eclodiu em 2008, os preços das commodities estão em baixa e, em breve, os Estados Unidos elevarão as taxas de juros, movimento que escasseará o fluxo de recursos para as nações emergentes, em especial para aquelas apontadas como frágeis, entre elas, o Brasil.

Sendo assim, para recuperar o grau de investimentos, o esforço a ser feito pelo país será enorme, com pesado custo à sociedade. Na avaliação de Solange Srour, serão necessários pelo menos quatro ou cinco anos para que o Brasil convença as agências de risco de que merece de novo o selo de porto seguro. Portanto, antes que isso aconteça, é melhor que o futuro governo, independentemente de quem seja o vencedor em outubro próximo, faça os ajustes necessários na economia. Esperar pelo rebaixamento para agir será o pior dos mundos.

Quando 2015 chegar

Para o economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros, ainda são desprezíveis as chances de o Brasil ser rebaixado pelas agências de risco neste ano. Em 2015, porém, as possibilidades aumentam. "Tudo dependerá dos sinais do novo governo, seja ele qual for", afirma. No entender dele, o futuro presidente da República terá que fazer um forte ajuste fiscal, interromper a relação entre o Tesouro Nacional e o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o chamado parafiscal, e corrigir as distorções criadas pelo represamento dos preços administrados.